

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

A
EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA
At. Sr.
ARLINDO FERREIRA SEBASTIAO
Pregoeiro Oficial

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE. PPSA.009/2017

Assunto: CONTRARRAÇÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO DA EMPRESA RADIX ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S.A.

UZTECH SOLUCOES E INFORMATICA S.A. (UZTECH), CNPJ 08.747.563/0001-50, já qualificada nos autos do certame em apreço, vem, tempestivamente, apresentar suas CONTRARRAÇÕES ao Recurso Administrativo interposto pela licitante RADIX ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S.A. (RADIX), que busca alterar a decisão proferida que inabilitou e recusou a proposta da recorrente em face de flagrantes desrespeitos ao Edital e à legislação pertinente.

PELIMINARMENTE, há de se destacar FATO GRAVE imputado à Recorrente, a qual teve sua proposta analisada, por critério de desempate, em face de "falsamente" declarar ser beneficiária das condições especiais estabelecidas no Decreto 7174/2010.

Ora, após beneficiar-se de condição especialíssima, ter sua proposta passada à frente para desempate com a melhor proposta em razão desta condição especial, usufruir do benefício ao "oferecer o lance de desempate", alegar que tal situação se deu "em razão da atuação do seu colaborador ao acionar, de modo equivocado, a caixa de seleção" – não se mostra razoável, pois se assim o fosse, deveria ter declinado de ofertar "lance de desempate", eis que a condição de desempate foi expressamente esclarecida na sessão:

Sistema 06/03/2018 11:19:50 O item 1 teve participação de empresas que atendem os requisitos estabelecidos nos incisos I, II e III do art.5º do Decreto 7174 de 12/05/2010 e poderá ter desempate dos lances após o encerramento de todos os itens. Clique em "Desempate ME/EPP/7174" e mantenham-se conectados.

Sistema 06/03/2018 11:19:50 O(s) item(ns) 1 terá(ão) desempate(s) ME/EPP ou 7174 do(s) lance(s). Clique em "Desempate ME/EPP/7174" e mantenham-se conectados.

Sistema 06/03/2018 11:19:51 O item 1 terá desempate 7174 do(s) lance(s). Clique em "Desempate ME/EPP/7174".

Sistema 06/03/2018 11:19:51 Sr. Fornecedor RADIX ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A, CNPJ/CPF: 11677441000149, em cumprimento ao Decreto 7174 de 12/05/2010, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final para o item 1, inferior ou igual ao lance vencedor, até às 11:29:51 de 06/03/2018. Clique na aba "Desempate ME/EPP/7174".

Ora, atribuir tal situação à atuação do seu colaborador, não exime a Recorrente de sua responsabilidade, nos termos do item 19.3 do Edital:

"19.3. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, devendo informar à PPSA qualquer circunstância ou fato ocorrido, após a apresentação da sua documentação para habilitação, que importe em alteração de suas condições de participação na presente licitação."

A Recorrente é igualmente responsável, conforme o Edital, pelo lance de desempate irregularmente ofertado:

"9.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração."

Desta forma, é inaceitável que a Recorrente tente se eximir da responsabilidade pelo ato faltoso, até porque a própria foi quem nomeou o colaborador, e forneceu-lhe a senha para participação no certame em seu nome e representando-a.

A falta grave incorrida pela Recorrente deve ser avaliada nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/2002, que rege o certame:

"Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais."

E neste aspecto, destacamos os exertos/ementas do Acórdão nº 754/2015 do Plenário do Tribunal de Contas:

Acórdão 754/2015 Plenário - Responsabilidade. Licitação. Gestor omisso.

Os gestores das áreas responsáveis por conduzir licitações devem atuar processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, na licitação, na contratação ou na execução contratual, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/02, sob pena de responsabilização.

Acórdão 754/2015 Plenário (Auditoria, Relatora Ministra Ana Arraes) - Licitação. Pregão. Impedimento de licitar e contratar.

A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, estados, Distrito Federal ou municípios, em face de irregularidade elencada no art. 7º da Lei 10.520/02, não depende da comprovação de dolo ou má-fé. Requer tão somente a evidencição da prática injustificada de ato ilegal tipificado nesse dispositivo legal.

Ora, a falta grave incorrida pela Recorrente, para sua caracterização como enquadrada nos termos art.7º da Lei 10.520/2002, não depende da comprovação de dolo ou má-fé, conforme o Acórdão 754/2015 do TCU-Plenário.

Apenas tal situação já é suficiente para afastar as alegações da Recorrente quanto à recusa de sua proposta, razão pela qual, PRELIMINARMENTE, requeremos a não procedência do recurso interposto, sem análise das demais razões apresentadas, e que igualmente não são justificativas de fato e de direito para modificação da decisão de recusar a proposta apresentada.

I - NÃO ATENDIMENTO AO ITEM 4.5 - TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

Conforme se observa do documento de compromisso de consórcio, e corretamente apontado pela análise do Pregoeiro e equipe de apoio, a Recorrente incorreu em dois erros substanciais, que afastam a validade do documento – incorreta identificação do certame e falta de designação/identificação de signatário.

A falha substancial torna incompleto o conteúdo do documento e, conseqüentemente, impede que a PPSA conclua pela suficiência dos elementos exigidos; o julgador ficará impedido de afirmar que o documento atendeu ao edital ou apresentou as informações necessárias. E neste aspecto, independe se posteriormente seria firmado um outro documento, eis que, o compromisso firmado, e exigido pelo edital, não possui validade jurídica, não produzindo efeitos legais.

Não se trata de um simples lapso material ou formal, mas de “erro substancial”, ou seja, aquele que interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração ou a alguma das qualidades a ele essenciais (Código Civil, art. 139, I). A falta de informação indispensável ao documento configura erro grave – substancial – que torna o mesmo insuscetível de aproveitamento; trata-se de um documento defeituoso; incompleto; não produzindo os efeitos jurídicos pretendidos, levando à inabilitação ou desclassificação.

É incabível para situações em que houver um erro substancial, tratá-lo como erro formal ou material. Uma vez ocorrido o erro substancial, mas não a sua consequência lógica – que seria a exclusão do licitante da disputa -, o ato produzido estará suscetível à anulação, uma vez que restarão descumpridos princípios básicos do Direito Administrativo, tais como da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade, da segurança jurídica, entre outros.

Desta forma, foi correta a decisão que recusou a proposta apresentada pela recorrente.

II - NÃO ATENDIMENTO AO ITEM 13.3.5. “C” - CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA

Efetivamente, existe processo em curso contra a Recorrente, seu valor é irrelevante, eis que torna a certidão positiva, desatendendo não só ao Edital como à legislação pertinente, eis que a certidão se conclui POSITIVA.

III - NÃO ATENDIMENTO AO ITEM 13.3.3.2.7. “C” e “D” - Qualificação da Equipe Técnica

A exigência do Edital é clara quanto à exigência de Registro dos Profissionais no Conselho Profissional:

c) Cada um dos componentes da Equipe Técnica deverá comprovar que está registrado ou inscrito no correspondente Conselho de Classe ou em entidade profissional equivalente, quando aplicável;

Tal exigência, inclusive, integra o rol taxativo que integra o art. 30 da Lei 8.666/93, em seu inciso I, para fins de comprovação da qualificação técnica, de tal forma que, tendo sido apresentados profissionais que possuem formação superior em profissões que possuem entidades ou conselhos de classe, a apresentação dos respectivos registros é obrigatória, descabendo quaisquer alegações em contrário.

Igualmente é claro o Edital quanto à exigência dos atestados de execução de atividades pertinentes do profissional indicado:

d) Os documentos emitidos pela Proponente sobre os profissionais da sua própria Equipe Técnica deverão vir acompanhados de atestado(s) emitido(s) pela contratante para a qual a empresa prestou determinado serviço;

Ora, caberia à Recorrente, em fase preliminar à sessão do certame, buscar a documentação exigida para fins de comprovação efetiva da experiência dos profissionais nos termos exigidos pelo Edital, e não aguardar uma pretendida diligência. Tal situação transferiria à PPSA a responsabilidade por comprovar a qualificação da empresa licitante, o que não se admite.

DO PEDIDO

ANTE O EXPOSTO, resta demonstrado que a decisão que recusou a proposta da Recorrente atendeu aos preceitos legais e do Edital, de forma que a mesma é incontestável, razão pela qual requeremos que o recurso seja julga improcedente e seja mantida a decisão prolatada.

Termos em que pede e espera deferimento.

Em 19 de abril de 2018.

UZTECH SOLUCOES E INFORMATICA S.A.

Fechar